

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.440.743 - AL (2019/0035815-9)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
AGRAVADO : ARLINDO RODRIGUES DOS SANTOS
ADVOGADO : OLAVO JUVI DE ALMEIDA JUNIOR - AL007375

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RURAL. PENSÃO POR MORTE. SEGURADO ESPECIAL. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DEPENDÊNCIA ECONÔMICA E QUALIDADE DE SEGURADO DO FALECIDO RECONHECIDOS PELA CORTE DE ORIGEM. COISA JULGADA MATERIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. SUMULAS 283 E 284 DO STF. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS ARTS. 267, V, §3º, 467, 473, 474, TODOS DO CPC/1973. SÚMULA 211/STJ. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. ART. 1º-F DA LEI N. 9.494/1997, NA REDAÇÃO DADA PELA N. 11.960/2009. ENTENDIMENTO FIXADO PELO STF SOB O REGIME DA REPERCUSSÃO GERAL E ADEQUAÇÃO AO ENTENDIMENTO FIRMADO SOB A SISTEMÁTICA DO RECURSO ESPECIAL REPETITIVO (RESP N. 1.492.221/PR). AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão da Corte de origem que não admitiu o recurso especial em razão da incidência das Súmulas 7/STJ e 83/STJ.

O apelo nobre obstado enfrenta acórdão, assim ementado (fl. 380):

PROCESSO CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. PRELIMINAR DE COISA JULGADA AFASTADA. PENSÃO POR MORTE. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DEPENDÊNCIA ECONÔMICA E QUALIDADE DE SEGURADO DO FALECIDO. CRITÉRIOS DOS JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. APELAÇÃO NÃO PROVIDA.

1. A parte autora apresentou acervo probatório bastante robusto e baseou seu pedido em novo requerimento administrativo, motivo pelo qual não há de prevalecer a preliminar arguida, devendo ser observada coisa julgada secundum eventum probationis no Direito Previdenciário.

2. A Pensão por Morte é um benefício de prestação continuada, de caráter substitutivo, com o fim de suprir a falta de quem provia as necessidades econômicas dos beneficiários, concedida aos dependentes do segurado que vier a falecer, sendo aposentado ou não, como dispõe o art. 74 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

3. Para a concessão da pensão por morte faz-se necessária a reunião de dois requisitos, quais sejam, a qualidade de dependente e a condição de segurado do falecido.

4. O autor demonstrou a sua condição de dependente em relação à falecida, por meio de cópia da certidão de casamento.

5. É meramente exemplificativo o rol de documentos constante do art. 106, da Lei 8.213/91, daí se poder aceitar qualquer outro início de prova material, revelador da realidade e típicos da cultura rural. Foi demonstrada a atividade rurícola através da apresentação de início de prova material, consistindo em: certidão de casamento realizado em 1975 em que consta a profissão dos nubentes como agricultores, declaração da proprietária das terras trabalhadas, certidões de nascimento de filhos em que consta a profissão dos pais como agricultores, requerimento de matrícula do ano de 1998, em que consta que os pais da criança são agricultores, ficha odontológica ambulatorial de 2003 em que consta a ocupação de agricultora, além dos testemunhos

prestados em juízo que demonstram, satisfatoriamente, a qualidade de Trabalhadora Rural da falecida.

6. Juros de mora e correção monetária mantidos nos termos da sentença.

7. Apelação não provida.

Embargos de declaração parcialmente acolhidos, sem atribuição de efeitos modificativos, para integrar a decisão embargada, determinando a incidência do art. 1º-F da Lei 9.494/97, com a redação dada pela Lei 11.960/2009, até o dia 25/3/2015, a partir de quando a atualização e os juros de mora devem se dar mediante a aplicação do IPCA-E (ou outro índice que venha a ser recomendado pelo Manual de Cálculos da Justiça Federal) acrescidos de 6% (seis por cento) ao ano, nos termos da ementa a seguir transcrito:

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PENSÃO POR MORTE. OMISSÃO REFERENTE À COISA JULGADA. INEXISTÊNCIA. OMISSÃO QUANTO À APLICAÇÃO DA LEI 11.960/09. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDOS.

1. Requer o embargante seja sanada omissão quanto à data de início do benefício e quanto à aplicação da Lei nº 11.960/09 em relação aos juros de mora e à correção monetária.

2. Os embargos de declaração, consoante disciplina o art. 535 do CPC, objetivam sanar eventuais omissões, contradições ou obscuridades da decisão judicial, não se prestando como instrumento processual apto a promover a reapreciação do julgado.

3. Constata-se que a decisão embargada, diante do arcabouço probatório constante dos autos, analisou toda a matéria trazida à discussão de acordo com a legislação de regência e concluiu pela não ocorrência da coisa julgada. Não há que se falar em omissão referente à análise do instituto da coisa julgada.

4. No que tange aos critérios de juros e correção monetária, observasse que o STF, no julgamento das ADINS 4357 E 4425, reconheceu, por arrastamento, a inconstitucionalidade do artigo 5º da Lei nº 11.960/09. Segundo restou decidido, "O

art. 1º-F da Lei 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, ao reproduzir as regras da EC nº 62/09 quanto à atualização monetária e à fixação de juros moratórios de créditos inscritos em precatórios incorre nos mesmos vícios de juridicidade que inquinam o art. 100, § 12, da CF, razão pela qual se revela inconstitucional por arrastamento, na mesma extensão dos

itens 5 e 6 supra." (STF. Pleno. ADI 4425/DF. Rel. Min. AYRES BRITTO. Rel.p/acórdão Min. LUIZ FUX. Julg. 14/03/2013).

5. A incidência de correção monetária e juros de mora nos termos do Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal ora vigente, determinada na sentença, deve-se dar com a exceção feita às alterações, aprovadas pelo CJF no dia 25.11.2013, relativas aos efeitos do julgamento pelo STF das ADI n.º 4.357/DF e n.º 4.425/DF quanto à utilização da TR como indexador de correção monetária das condenações judiciais impostas à Fazenda Pública, vez que o Pleno do STF, na sessão de julgamento de 25.03.2015, em sede de questão de ordem relativa à modulação dos efeitos das decisões de inconstitucionalidade proferidas naquelas ADIs, conferiu eficácia prospectiva à declaração de inconstitucionalidade ali proferida em relação à utilização do índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança (TR) para atualização dos débitos decorrentes de condenação judicial, fixando como data inicial dessa eficácia prospectiva o dia do julgamento daquela questão de ordem (25.03.2015) (com a única exceção feita por aquela Corte Suprema quanto a essa modulação em relação aos precatórios já expedidos, no âmbito da administração pública federal, com base nos arts. 27 da Leis n.º 12.919/13 e n.º 13.080/15, o que não é o caso dos autos).

6. Após a declaração de inconstitucionalidade do art. 5º, apenas na parte que determina que tanto os juros de mora quanto a correção monetária seriam englobados num mesmo sistema de remuneração, segundo os índices da caderneta de poupança –e respeitado o marco temporal da modulação dos efeitos do julgamento do STF –, tem-se a ocorrência dos efeitos repristinatórios da declaração de inconstitucionalidade: mantém-se a unicidade dos critérios de atualização monetária e de juros de mora impostos à Fazenda Pública, fazendo incidir o percentual previsto anteriormente na redação original do art. 1º-F da Lei 9.494/97.

7. Em relação às condenações que não envolvem a Fazenda Pública, o STJ pacificou o entendimento segundo o qual "Atualmente, a taxa dos juros moratórios a que se refere o referido dispositivo [art. 406 do CC/2002] é a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, por ser ela a que incide como juros moratórios dos tributos federais (arts. 13 da Lei 9.065/95, 84 da Lei 8.981/95, 39, § 4º, da Lei 9.250/95, 61, § 3º, da Lei 9.430/96 e 30 da Lei 10.522/02)" (EResp 727.842, DJ de 20/11/08)" (REsp 1.102.552/CE, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, sujeito ao regime do art. 543-C do CPC, Publ. DJe 06/04/2009)." (STJ. AgRg nos ERESp 953.460/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, CORTE ESPECIAL, julgado em 16/05/2012, DJe 25/05/2012).

8. A atualização e os juros de mora nas condenações impostas à Fazenda Pública devem se dar mediante a aplicação do IPCA-E (ou outro índice que venha a ser recomendado pelo Manual de Cálculos da Justiça Federal) acrescidos de 6% (seis por cento) ao ano, exceto nos créditos de natureza tributária, para os quais se mantêm os mesmos critérios pelos quais a Fazenda Pública corrige seus créditos tributários (SELIC). Nas condenações que não envolvam a Fazenda Pública, o critério é o estabelecido no art. 406 do Código Civil.

9. Embargos de declaração conhecidos e parcialmente providos, para integrar a decisão embargada, sem atribuição de efeitos modificativos

determinando a incidência do art. 1º-F da Lei 9.494/97, com a redação dada pela Lei 11.960/2009, até o dia 25.03.2015, a partir de quando a atualização e os juros de mora devem se dar mediante a aplicação do IPCA-E (ou outro índice que venha a ser recomendado pelo Manual de Cálculos da Justiça Federal) acrescidos de 6% (seis por cento) ao ano.

No recurso especial o recorrente sustenta violação dos artigos 267, V, §3º, 467, 473, 474, do CPC, e de art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 (art. 5º da Lei n. 11.960/09), sob os seguintes argumentos: (a) a reapreciação da questão, não restando demonstrada a existência de situação fática nova jela parte autoram mesmo havendo novo requerimento administrativo, configura burla à coisa julgada; e, (b) não se aplica a declaração de inconstitucionalidade a todas as condenações impostas à Fazenda Pública, mas apenas quanto ao Precatório. Desta feita, permanece constitucional a aplicação dos índices oficiais da caderneta de poupança para a correção monetária e juros de mora quando não se tratar de Precatório (fls. 177-178).

Sem contrarrazões.

Juízo negativo de admissibilidade às fls. 194-195.

Neste agravo afirma que seu recurso especial satisfaz os requisitos de admissibilidade e que não se encontram presentes os óbices apontados na decisão agravada.

Sem contraminuta.

É o relatório. Decido.

Na origem, trata-se de ação ordinária proposta contra o Instituto Nacional do Seguro Social — INSS, através da qual busca provimento jurisdicional que lhe assegure a percepção de pensão por morte, em virtude do óbito da Segurada falecida, Sra. Josefa Maria de Medeiros Santos, em 17/2/2005.

A ação foi julgada procedente para determinar a concessão do benefício de pensão por morte em favor da parte autora, no valor de um salário mínimo a partir de 1º/11/2014, com efeitos financeiros retroativos aos últimos 5 (anos) do ajuizamento da ação, corrigidos monetariamente e acrescidas de juros de mora de 1% ao mês, contados da data da citação, bem como no pagamento dos honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação e mais 10% (dez por cento) sobre as parcelas em trazo, de acordo com a Súmula 111 do STJ.

O Tribunal de origem negou provimento à apelação do INSS, mantendo *in totum* a sentença, entendendo que: (a) deve ser afastada a alegada violação à coisa julgada, uma vez que, além de a parte autora apresentar acervo probatório bastante robusto, baseou seu pedido em novo requerimento administrativo; (b) a parte autora reuniu os requisitos legais exigidos para a concessão da pensão por morte e que foi comprovada, satisfatoriamente, pelo início de prova material, corroborada por robusta prova testemunhal, a condição de trabalhadora rural e, portanto, a qualidade de segurada da *de cujus* e que mantinha essa qualidade quando do óbito; e, (c) considero que a atualização e os juros de mora nas condenações impostas à Fazenda Pública devem se dar mediante a aplicação do IPCA-E (ou outro índice que venha a ser recomendado pelo Manual de Cálculos da Justiça Federal) acrescidos de 6% (seis por cento) ao ano, exceto nos créditos de natureza tributária, para os quais se mantém os mesmos critérios pelos quais a Fazenda Pública corrige seus créditos tributários (SELIC). Nas condenações que não envolvam a Fazenda Pública, o critério é o estabelecido no art. 406 do Código Civil.

A controvérsia recursal gira em torno da violação da coisa julgada e, na hipótese de

manutenção da condenação que com relação aos juros de mora e a correção seja aplicado o que dispõe o art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 (art. 5º da Lei 11.960/09).

Quanto à questão pertinente à ocorrência da coisa julgada material, a Corte de origem consignou nos acórdãos recorridos que:

[...]

Compulsando os autos penso que o ilustre julgador monocrático interpretou corretamente a legislação de regência, avaliando os fatos narrados nesta demanda, decidindo acertadamente, motivo pelo qual acosto-me às suas razões de decidir, que abaixo transcrevo.

(...)

Por sua vez, em casos nos quais a propositura da nova demanda for posterior a outra, anteriormente proposta, com mesmas partes, pedido e causa de pedir, a qual foi julgada improcedente, deve-se asseverar a existência da coisa julgada *secundum eventum probationis* no Direito Previdenciário, ou seja, **há a relativização da coisa julgada nos casos em que o demandante apresenta arcabouço probatório mais robusto, conforme ocorre in casu.**

De outra sorte, observo que a parte autora apresentou acervo probatório bastante robusto e baseou seu pedido em novo requerimento administrativo. (fl. 142)

(...)

Na hipótese, **constata-se que a decisão embargada, diante do arcabouço probatório constante dos autos, analisou toda a matéria trazida à discussão de acordo com a legislação de regência e concluiu pela não ocorrência da coisa julgada.** Não há que se falar em omissão referente à análise do instituto da coisa julgada. (grifei)

Contudo, nas razões do recurso especial, tal fundamentação não foi refutada, repercutindo na inadmissibilidade do recurso, visto que esta Corte tem firme posicionamento segundo o qual a falta de combate a fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido justifica a aplicação, por analogia, das Súmulas 283 e 284 do STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

Ademais, ainda que fosse possível ultrapassar tal óbice, melhor sorte não socorreria o recorrente, pois a conclusão a que chegou a Corte de origem quanto a não ocorrência de coisa julgada foi lastreada no conjunto probatório dos autos, de modo que a revisão implica no necessário reexame das provas dos autos, o que não pode ser realizado em sede de recurso especial em face do óbice da Súmula 7/STJ.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que, "em sede de recurso especial, não se admite o reexame dos elementos do processo a fim de se apurar a alegada afronta à coisa julgada, em face da incidência da Súmula 7/STJ (AgInt no AREsp n. 784.774/SP, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 13/4/2018). Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: EDcl no REsp n. 1.183.633/MS, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 9/4/2018; AgInt no AREsp n. 1.152.834/SP, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 18/12/2017; e AgInt no REsp n. 1.635.812/PR, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 27/4/2017.

Por outro lado, observa-se que o Tribunal de origem não analisou a aplicação dos suscitados arts. 267, V, §3º, 467, 473, 474 do CPC/1973, assim como suas teses. O requisito do prequestionamento pressupõe prévio debate da questão pelo tribunal de origem, à luz da legislação federal indicada, com emissão de juízo de valor acerca dos dispositivos legais apontados como violados. Desse modo, não tendo sido apreciada tal questão pelo tribunal *a quo*, a despeito da oposição de embargos de declaração, aplicável, à espécie, o teor da Súmula n. 211/STJ, *in verbis*: "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal *a quo*". Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO IMPUGNADOS. SÚMULA Nº 283/STF. REEXAME DE PROVAS. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. SÚMULAS NºS 5 E 7/STJ. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 211/STJ. DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL. VIOLAÇÃO. FALTA DE INDICAÇÃO. SÚMULA Nº 284/STF.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. A ausência de impugnação de um fundamento suficiente do acórdão recorrido enseja o não conhecimento do recurso, incidindo o disposto na Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal.

3. Na hipótese, rever a conclusão do aresto impugnado acerca da abusividade das cláusulas do contrato encontra óbice nas Súmulas nºs 5 e 7 do Superior Tribunal de Justiça.

4. A falta de prequestionamento da matéria suscitada no recurso especial, a despeito da oposição de aclaratórios, impede seu conhecimento, a teor da Súmula nº 211 do Superior Tribunal de Justiça.

5. É inadmissível o inconformismo por deficiência na sua fundamentação quando o recurso especial deixa de indicar qual dispositivo legal teria sido violado ou objeto de interpretação divergente. Aplicação da Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal.

6. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1461419/SP, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe 21/11/2019)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 284 DO STF, POR ANALOGIA. BENS PÚBLICOS. TERRENO DE MARINHA. ILEGALIDADE DO PROCEDIMENTO DEMARCATÓRIO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 211 DESTA CORTE SUPERIOR. REGISTRO IMOBILIÁRIO. CARACTERIZAÇÃO DO BEM COMO TERRENO DE MARINHA. MANDADO DE SEGURANÇA. VIA ADEQUADA. QUESTÃO MERAMENTE DE DIREITO. Oponibilidade em face da União. Caracterização do bem como propriedade particular. Impossibilidade. Propriedade pública constitucionalmente assegurada (CR/88, art. 20, inc. VII).

(...)

2. A controvérsia acerca da ilegalidade do procedimento demarcatório na espécie, pela desobediência do rito específico previsto no Decreto-lei n. 9.760/46 - vale dizer: ausência de notificação pessoal dos recorrentes - não foi objeto de análise pela instância ordinária, mesmo após a oposição de embargos de declaração, razão pela qual aplica-se, no ponto, a Súmula n. 211 desta Corte Superior.

(...)

5. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, não provido. Julgamento submetido à sistemática do art. 543-C do CPC e à Resolução n. 8/2008. (REsp 1.183.546/ES, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, DJe 29/9/2010). (destaque meu).

A segunda controvérsia recursal diz respeito aos juros e correção monetária, quanto a questão a Primeira Seção desta Corte, incorporando o entendimento do STF no julgamento do TEMA 810, fixou os critérios de correção monetária e de juros de mora de acordo com a relação jurídica controvertida, sendo que, no caso específico dos autos, firmou a compreensão que as condenações impostas à Fazenda Pública de natureza previdenciária sujeitam-se à incidência do INPC, para fins de correção monetária, no que se refere ao período posterior à vigência da Lei n. 11.430/2006, que incluiu o art. 41-A na Lei n. 8.213/1991 e os juros de mora, incidem segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança (art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997, com redação dada pela Lei n. 11.960/2009). Eis a ementa desse julgado, na parte em que interessa:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 02/STJ. DISCUSSÃO SOBRE A APLICAÇÃO DO ART. 1º-F DA LEI 9.494/97 (COM REDAÇÃO DADA PELA LEI 11.960/2009) ÀS CONDENAÇÕES IMPOSTAS À FAZENDA PÚBLICA. CASO CONCRETO QUE É RELATIVO A INDÉBITO TRIBUTÁRIO. TESES JURÍDICAS FIXADAS.

1. Correção monetária: o art. 1º-F da Lei 9.494/97 (com redação dada pela Lei 11.960/2009), para fins de correção monetária, não é aplicável nas condenações judiciais impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza.

1.1 Impossibilidade de fixação apriorística da taxa de correção monetária.

[...]

3. Índices aplicáveis a depender da natureza da condenação.

[...]

3.2 Condenações judiciais de natureza previdenciária.

As condenações impostas à Fazenda Pública de natureza previdenciária sujeitam-se à incidência do INPC, para fins de correção monetária, no que se refere ao período posterior à vigência da Lei 11.430/2006, que incluiu o art. 41-A na Lei 8.213/91. Quanto aos juros de mora, incidem segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança (art. 1º-F da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei n. 11.960/2009).

[...]

Recurso especial não provido. Acórdão sujeito ao regime previsto no art. 1.036 e seguintes do CPC/2015, c/c o art. 256-N e seguintes do RISTJ (REsp. 1.495.146/MG, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe 2/3/2018).

Adotando esse entendimento os seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL.

DEFICIENTE. INCAPACIDADE ABSOLUTA. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973 NÃO CONFIGURADA. CORREÇÃO DE ERRO MATERIAL. TERMO INICIAL DO BENEFÍCIO. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. NÃO OCORRÊNCIA. ALIENAÇÃO MENTAL. INCAPACIDADE. EFEITOS DA SENTENÇA DE INTERDIÇÃO. DECLARATÓRIA. ACÓRDÃO EM HARMONIA COM A ENTENDIMENTO DO STJ. JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. ART. 1º-F DA LEI 9.494/1997, NA REDAÇÃO DADA PELA 11.960/2009. ENTENDIMENTO FIXADO PELO STF SOB O REGIME DA REPERCUSSÃO GERAL E PELO STJ SOB O REGIME DOS RECURSOS REPETITIVOS.

[...]

4. No julgamento do REsp 1.492.221/PR, da Relatoria do Min. Mauro Campbell Marques, submetido à sistemática dos Recursos Repetitivos, a Primeira Seção do STJ firmou a seguinte tese: "As condenações impostas à Fazenda Pública de natureza previdenciária sujeitam-se à incidência do INPC, para fins de correção monetária, no que se refere ao período posterior à vigência da Lei n. 11.430/2006, que incluiu o art. 41-A na Lei n. 8.213/91. Quanto aos juros de mora, no período posterior à vigência da Lei n. 11.960/2009, incidem segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança".

5. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, parcialmente provido.

(REsp 1.729.615/RN, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 27/11/2018)

PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. TEMA 905. DECISÃO RECORRIDA EM CONFORMIDADE COM O TEMA REPETITIVO.

[...]

II - No STJ, deu-se provimento ao recurso especial para considerar como índice aplicável para a correção monetária o IPCA. Sobrestou-se o julgamento do agravo interno para aguardar-se o julgamento de recurso especial repetitivo. A decisão recorrida diverge da orientação firmada no julgamento do tema 905 nesta Corte.

III - Relativamente à correção monetária decidiu-se no julgamento do tema 905 desta Corte que "o art. 1º-F da Lei 9.494/97 (com redação dada pela Lei 11.960/2009), para fins de correção monetária, não é aplicável nas condenações judiciais impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza".

IV - Quanto aos juros de mora decidiu-se que "o art. 1º-F da Lei 9.494/97 (com redação dada pela Lei 11.960/2009), na parte em que estabelece a incidência de juros de mora nos débitos da Fazenda Pública com base no índice oficial de remuneração da caderneta de poupança, aplica-se às condenações impostas à Fazenda Pública, excepcionadas as condenações oriundas de relação jurídico-tributária.

V - Considerou-se que os índices aplicáveis a depender da natureza da condenação.

VI - Assim, deve ser provido o agravo interno para fixar que as condenações impostas à Fazenda Pública de natureza previdenciária sujeitam-se à incidência do INPC, para fins de correção monetária, no que se refere ao período posterior à vigência da Lei 11.430/2006, que incluiu o art. 41-A na Lei 8.213/91. Quanto aos juros de mora, incidem segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança (art. 1º-F da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei n. 11.960/2009).

VII - Agravo interno provido. (AgRg no REsp 1.458.626/RS, Rel. Min. Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe 26/9/2018)

Desta forma, quanto aos juros de mora (a partir de 29/6/2009), incidem segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997, com redação dada pela Lei n. 11.960/2009, e à incidência do INPC, para fins de correção monetária, no que se refere ao período posterior à vigência da Lei 11.430/2006.

Assim, na espécie, o acórdão recorrido, interpretando o art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997, com a redação dada pela Lei n. 11.960/2009, divergiu da novel jurisprudência do STF e do STJ, razão pela qual merece reforma nesse ponto.

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, dar-lhe parcial provimento. Ante a mínima modificação do julgado, mantenho os honorários e a sucumbência fixada pela instância de origem.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 24 de novembro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator